



Antonio Pinheiro/GERJ/Fotos Públicas

Combate à desindustrialização é prioridade, aponta FNE



A proposta está presente na mais recente etapa do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, intitulada “Novos desafios” e lançada em 31 de julho último. Sugestões para aprimorar a infraestrutura nacional também integram o estudo, que está sendo entregue aos candidatos nas eleições deste ano.

Página 5

Brasil Inteligente

CNTU apresenta 50 ideias para mudar o País

Página 4



Entrevista

Venício Lima defende democratização da mídia

Página 7

Contribuições ao País

Nesta edição, **Engenheiro** traz matérias sobre duas importantes iniciativas. A primeira delas, da FNE, é o lançamento, em 31 de julho, da nova etapa do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Intitulada “Novos desafios”, aponta a necessidade de se combater a desindustrialização precoce do País. O estudo, elaborado por diversos especialistas, já está sendo entregue aos candidatos a presidente, governadores dos diversos estados e senadores.

Na mesma linha, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) apresentou, em 22 de agosto, durante a 6ª Jornada Brasil Inteligente, suas 50 propostas para mudar o País. O evento, realizado em São Paulo, abordou os desafios presentes nas eleições deste ano.

Ainda na pauta, a decisão da Assembleia Legislativa do Acre de conceder o título de cidadão honorário do estado ao presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro. A homenagem reconhece o papel da entidade em defesa da categoria e em prol do desenvolvimento.

Em entrevista, o professor Venício Lima explica porque é necessário um marco regulatório para a comunicação. Objetivo, afirma, é garantir pluralidade de opiniões e combater o monopólio econômico.

Em C&T, o seminário sobre inovação promovido pelo Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), nos dias 22 e 23 de agosto, que contou com os apresentadores Serginho Groisman e Marcelo Tas. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

Os engenheiros precisam de salário digno de seus conhecimentos

Da valorização profissional

Antonio Ciro Bovo

VENCEMOS O DESAFIO da Copa do Mundo. Praticamente todos os usuários elogiaram desde as acomodações nos estádios, os transportes, a segurança até os acessos. A própria Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado) se surpreendeu com os resultados. Tudo correu de forma ordeira e tranquila, o povo brasileiro deu um show de civilidade e versatilidade. Parabéns a todos nós! Na esteira disso, temos uma série de problemas estruturais, que envolvem a engenharia nacional. Há, por exemplo, a alegação de que estão faltando profissionais. Seguindo o conceito utilizado pelo programa “Mais Médicos”, alguns dizem que precisamos do “Mais Engenheiros”. Ou que estamos com déficit em relação a outros países em desenvolvimento. Na engenharia, existem dois problemas básicos: um relativo à formação do profissional e outro, à sua atividade. O primeiro subdivide-se em vários,

como o fato de pouco mais de 50% dos alunos que iniciam os cursos chegarem a concluí-lo. Contudo, vamos nos ater aqui aos principais aspectos ligados à atividade no mercado.

O recém-formado normalmente se depara com os anúncios exigindo dois anos ou mais de experiência. Raramente, as empresas solicitam aqueles que acabaram de deixar as escolas. Para iniciar sua vida profissional, o engenheiro acaba aceitando, após cinco anos de estudos, salários irrisórios; quando tem sorte, inicia como trainee numa empresa de grande porte.

Diante dessa situação, o profissional começa a pesquisar outras áreas e, em troca de um salário maior, acaba abandonando a carreira de engenheiro, para a qual foi preparado, e segue outro rumo.

Aqueles que heroicamente insistem na profissão acabam encontrando um problema nos patrões e empresários que, por ignorância ou teimosia, descumprem a Lei 4.950-A/66, que traz em seu bojo o piso salarial da

categoria. Atualmente esse valor é de R\$ 6.516,00 mensais para um turno diário de oito horas de trabalho. Diversas decisões e pareceres, inclusive do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Francisco Rezek, já reconheceram que, por se tratar de piso salarial, ou seja, valor inicial de carreira, a utilização do mínimo com referência não ofende ao art.7º, inciso IV, da Constituição de 1988, descartando assim o principal óbice à obediência à lei.

Por ignorância ou teimosia, muitos patrões descumprem a Lei 4.950-A/66, que traz em seu bojo o piso salarial da categoria, atualmente em R\$ 6.516,00.

Os próprios governos federal, estaduais e municipais, em sua maioria, desprestigiam os engenheiros, oferecendo vencimentos bem abaixo do piso. Há locais pagando R\$ 2.000,00 mensais, alegando que a Lei 4.950-A/66 refere-se exclusivamente aos celetistas, estando excluídos os estatutários. Também não é raro ver na construção civil empreendimentos de vários milhões de reais cujo responsável técnico, que administra a construção da obra, é um engenheiro recebendo pouco mais de R\$ 3.000,00 por mês. É uma incoerência.

O que está faltando para que os engenheiros retornem a sua área é a valorização, é receber um salário digno de seus conhecimentos e atividades. Até porque em tudo que se vê à nossa volta tem obrigatoriamente a participação desse profissional.

Antonio Ciro Bovo
é presidente do Seageto

LUCAS



ENGENHEIRO – Publicação mensal da Federação Nacional dos Engenheiros

Diretor responsável: Murilo Celso de Campos Pinheiro. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, Carlos Bastos Abraham, Antonio Florentino de Souza Filho, Luiz Benedito de Lima Neto, Manuel José Menezes Vieira, Disneys Pinto da Silva, Maria de Fátima Ribeiro C6, Thereza Neumann Santos de Freitas, Flávio José A. de Oliveira Brizida, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, Modesto Ferreira dos Santos Filho, Gerson Tertuliano, Clarice Maria de Aquino Soraggi, José Luiz Bortoli Azambuja, Sebastião Aguiar da Fonseca Dias, Wissler Botelho Barroso, José Ailton Ferreira Pacheco, Augusto César de Freitas Barros, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo, José Luiz dos Santos, Edson Kiyoshi Shimabukuro, José Carlos Ferreira Rauen, Lincoln Silva Américo, João Alberto Rodrigues Arag6o, Marcos Luciano Camoelras, Gracindo Marques. **Edit6ra:** Rita Casaro. **Revisora:** Soraya Misl6h. **Diagramadores:** Eiel Almeida e Francisco F6bio de Souza. **Projeto gr6fico:** Maringoni. **Sede:** SDS Edifício Eldorado, salas 106/109 – CEP 70392-901 – Brasilia – DF – **Telefone:** (61) 3225-2288. **E-mail:** imprensa@fne.org.br. **Site:** www.fne.org.br. **Tiragem:** 10.000. **Fotolito e impress6o:** Folha Gr6fica. **Edi6o:** setembro de 2014. Artigos assinados s6o de responsabilidade dos autores, n6o refletindo necessariamente a opini6o da FNE.



Homenagem, na Assembleia Legislativa, reconhece atuação da federação em defesa da categoria

Presidente da FNE será cidadão do Acre

Deborah Moreira

As comemorações do Dia do Engenheiro, a se realizarem em 11 de dezembro próximo na capital paulista, contarão com uma importante novidade. O presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, receberá o título de cidadão acriano. “Vamos a São Paulo em uma grande caravana, formada por nós do sindicato, deputados estaduais e possivelmente pelo próprio governador Tião Viana. O presidente Murilo Pinheiro tem sido um grande parceiro do nosso estado, com presença marcante nas negociações da categoria”, declarou o presidente do Senge Acre, Sebastião Fonseca. Entre as contribuições que motivaram a homenagem, o dirigente sindical destacou a intermediação nas negociações para encerrar de forma vitoriosa a greve da categoria realizada em 2012 por melhoria na remuneração.

A homenagem foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Acre, em 20 de agosto último, quando a Casa recebeu a visita do presidente da FNE. Na ocasião, o deputado estadual Ney Amorim (PT), autor da indicação da honraria, apontou o papel fundamental de Pinheiro na aprovação em 2008 da Lei Cartaxo, que atualmente garante salários de R\$ 7 mil para os engenheiros em início de carreira que atuam no governo estadual.

Segundo o parlamentar, o presidente da federação também foi o responsável por construir o diálogo entre o poder Executivo e os profissionais da área durante a paralisação de 2012, possibilitando a atualização da lei no ano seguinte. “A corda estava praticamente quebrada, e a vinda do Murilo foi importante para que chegássemos a um entendimento. Quero dizer que esse mandato foi especial para mim, porque conseguimos aprovar uma legislação tão importante para uma classe de homens e mulheres que constroem o futuro”, afirmou. Amorim destacou ainda o empenho de todos os deputados na apreciação da matéria, mas também dos dirigentes do



Murilo Pinheiro é homenageado na Assembleia Legislativa do Acre.

Senge Acre. “Se houve avanços, é porque houve muitas forças. Não foi um gesto isolado de alguém”, salientou.

Exemplo para o País

Outro engenheiro presente no encontro em Rio Branco, o deputado Edvaldo Souza (PSDC), reconheceu o trabalho desenvolvido pelo sindicato do Acre, destacando que “sem alardes, Tião Fonseca não tem medido esforços para avançar na questão salarial dos trabalhadores”. A deputada Marileide Serafim (PSL) falou da importância da engenharia na preparação das cidades para o futuro: “Vocês são profis-

sionais que olham o amanhã ao fazer um projeto de viaduto, uma rua. A engenharia constrói vidas e está presente em tudo na vida dos homens, da cidadania.”

O deputado Geraldo Pereira (PT) narrou os principais acontecimentos históricos durante as negociações envolvendo o movimento dos trabalhadores até a conquista da lei, frisando o papel de Viana. “O governador reconheceu essa classe e entendeu a necessidade de aprovar uma legislação como essa.”

O presidente do Senge Acre agradeceu aos parlamentares “pela atenção com a categoria”. Segundo Fonseca, “a atua-

ção do conjunto dos deputados é um exemplo para o País, no que se refere à carreira dos engenheiros”.

Ao se pronunciar, o presidente da FNE saudou os avanços socioeconômicos do estado, destacando a indústria da piscicultura, além de obras de mobilidade e de habitação, como a Cidade do Povo, projeto arrojado em Rio Branco, e da mobilização da categoria no Acre, liderada pelo sindicato. “A Lei Cartaxo é um exemplo para o restante do País. O Tião é um exemplo de sindicalista. Ele orgulha os engenheiros. Hoje nós temos uma engenharia unida”, afirmou.

Honoris causa

Ainda em 20 de agosto, os engenheiros foram recebidos pelo governador Tião Viana em seu gabinete. No encontro, o chefe do Executivo recebeu das mãos do presidente do Senge Acre o título de Engenheiro *Honoris Causa*, previsto no estatuto do sindicato.

A homenagem foi concedida por conta da participação ativa do governador no fortalecimento da engenharia no estado, em prol do desenvolvimento e da valorização profissional. Ao agradecer, o mandatário reafirmou sua parceria com a categoria: “A engenharia é importante para o crescimento do Brasil e sua essência é fundamental para o desenvolvimento nacional. Fico honrado pelo título, que ficará em minha melhor galeria.”

Jornada esportiva

Entre os dias 20 e 23 de agosto, o Senge Acre promoveu a Jornada Esportiva da Engenharia, reunindo funcionários públicos estaduais, municipais e universitários, em diversas modalidades esportivas. O objetivo da iniciativa foi homenagear os 50 anos de luta da FNE e todos os profissionais da engenharia brasileira.

De acordo com o Senge Acre, a jornada também teve como objetivo

proporcionar “melhoria na qualidade de vida de seus sindicalizados e familiares”, além da integração entre órgãos públicos, empresas e universidades.

A competição foi dividida nas categorias *master*, para funcionários públicos estaduais e municipais, que poderiam se inscrever nas modalidades *soçaite*, vôlei de praia (feminino) e dominó (dupla). Na categoria adul-

to, para os universitários, as modalidades foram futebol de campo, vôlei de areia e futevôlei.

Entre os ganhadores estão: o time Agronomia II em primeiro lugar no futebol; o time da Prefeitura Municipal de Rio Branco na primeira colocação do futebol *soçaite*. No vôlei de praia feminino, o título ficou com a dupla Taynara Bastos e Mayrick Vincent.

Profissionais liberais apresentam 50 propostas para avançar no desenvolvimento do País

Por um Brasil melhor

Rosângela Ribeiro Gil

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), em sua 6ª Jornada Brasil Inteligente, no dia 22 de agosto, na capital paulista, apresentou documento das categorias que representa – entre elas a dos engenheiros – para a construção de uma nação justa, democrática e desenvolvida. Em 50 pontos essenciais, elaborados a partir de amplos debates que percorreram as cinco regiões do País, a entidade, que representa mais de 2 milhões de profissionais, aponta um norte a se seguir nos próximos anos, a partir das eleições que acontecem neste ano. “Trazemos propostas em direção ao bem-estar da população, ao fortalecimento da nossa democracia e a iniciativas que garantam o bom desenvolvimento econômico”, registrou Murilo Pinheiro, presidente da entidade e da FNE. À abertura do evento, ele comemorou o lançamento da terceira edição da revista *Brasil Inteligente* (leia a publicação em <http://goo.gl/PNzisy>) como mais um passo à integração dos profissionais liberais.

Allen Habert, diretor de articulação nacional, destacou que, mesmo sendo uma entidade jovem, com oito anos de



Em sua sexta jornada, CNTU debate eleições 2014 e apresenta suas contribuições.

existência, a CNTU dedicou-se, a partir do esforço coletivo, a entender melhor o País para ajudar o pensamento nacional a avançar. “Os nossos profissionais se colocam, portanto, como protagonistas e progressistas, apresentando um ‘passaporte’ qualificado para dialogar com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.”

São seis diretrizes que, para a CNTU, constituem-se nas grandes áreas em que o Brasil tem não só importantes desafios a vencer, mas também excelentes condições de evoluir: Estado, democracia e partici-

pação social; universalização dos serviços públicos; defesa do trabalho e dos trabalhadores; infraestrutura econômica, social e urbana; desenvolvimento, mercado interno, reindustrialização e sustentabilidade; e bem-estar social, qualidade de vida e ética.

Eleições 2014

Na sequência ao lançamento da revista, o evento tratou das eleições de 2014, recebendo Antônio Augusto Queiroz (Toninho), diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

(Diap), João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical da confederação, e Fernando Nogueira da Costa, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). Toninho alertou para a desqualificação da política por ignorância ou má-fé. “Vivemos hoje, no País, uma profunda descrença com a política, as instituições democráticas e o governo”, observou. Situação, apontou, perigosa, que entrega às pessoas que não têm interesse de agir de forma republicana ou de resolver os problemas sociais as discussões e decisões mais importantes da sociedade. E continua: “O mercado está se apropriando da política. Isso é uma temeridade.”

O diretor do Diap ponderou que mais importante do que os próprios programas de governo, é ver quem está no entorno dos candidatos à Presidência da República. “Saber se as equipes econômicas se alinham ao setor financeiro ou ao produtivo.” Toninho não concorda com os que alardeiam estar o País à beira do caos, afirmando que as reservas cambiais estão elevadas, a inflação está dentro da meta e não descontrolada. Para ele, existe uma “guerra midiática” contra os avanços do governo atual, junto com uma ofensiva muito grande contra os direitos dos trabalhadores.

Vargas introduziu uma discussão diferente, avaliando que a conjuntura brasileira atual vive uma situação em que as regras preexistentes são suspensas temporariamente por um fato carregado de dramaticidade. É o caso da morte trágica do candidato pelo PSB à Presidência da República, Eduardo Campos, em acidente aéreo na cidade de Santos (litoral paulista), no dia 13 de agosto. “É óbvio que vivemos uma situação de singularidade, alterando um processo que estava corriqueiro. As pesquisas eleitorais comprovam isso.”

Na sua exposição, o professor da Unicamp afirmou que o que está em jogo nas eleições de 2014 é a continuidade ou o retrocesso, inclusive no que diz respeito aos direitos trabalhistas.

Ministro do Trabalho discute valorização do MTE

Na manhã do dia 22 de agosto, na sede do SEESP, na capital paulista, dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) tiveram encontro com o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, e com os ex-titulares da pasta Almir Pazzianotto (1985

a 1988), Walter Barelli (1992 a 1994) e Antonio Rogério Magri (1990 e 1992). O tema à mesa foi a valorização do Ministério, objeto de documento elaborado pela entidade a partir de seminário realizado em 14 de abril último em que foram apontados itens considerados frágeis na atual estrutura do MTE, como o déficit de auditores fiscais do trabalho, o desprestígio da Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro), a perda da definição do orçamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a participação reduzida na formulação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), entre outros.

O presidente da CNTU, Murilo Pinheiro, enfatizou a importância de se resgatar o papel histórico desse organismo governamental diante das grandes decisões econômicas do País. Manoel Dias apresentou vários itens considerados positivos da sua pasta, nos últimos 12 anos, como a criação de 21 milhões de empregos com registro em carteira, a valorização do salário mínimo em 72% acima da inflação e a aplicação de aumento real em vários acordos coletivos de trabalho. O desafio atual, afirma, não é mais gerar tantos empregos, mas melhorar a qualidade desses e dominar as novas tecnologias. Leia mais sobre o evento em <https://goo.gl/yKJBaz>.



Murilo Pinheiro entrega a publicação “Cresce Brasil – Novos desafios” ao ministro Manoel Dias. Ao fundo, Walter Barelli.

Documento aponta premência de se prosseguir com investimentos e conter desindustrialização

Lançada nova etapa do "Cresce Brasil"

Soraya Misleh

Com a presença de dirigentes de Senges filiados à federação nos diversos estados, a FNE lançou em 31 de julho, na sede do SEESP, em São Paulo, mais uma etapa de seu projeto, cuja versão é intitulada "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento – Novos desafios". A iniciativa, que vem sendo atualizada desde sua apresentação em 2006, propõe uma plataforma ao desenvolvimento sustentável do Brasil com distribuição de renda. A nova versão, além de reiterar a necessidade de prosseguir com os investimentos e projetos em infraestrutura, aponta a urgência de se conter desindustrialização precoce no País e avançar no fortalecimento desse setor estratégico, com inovação e ganhos de produtividade. Comemorando o lançamento, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, enfatizou que o projeto dos engenheiros inspirou e deu origem ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo governo federal em 2007 e que já está na segunda fase. João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical da FNE, salientou que a etapa atual da iniciativa da federação insere-se e "quer influir diretamente na disputa eleitoral". Assim, o documento vem sendo entregue aos candidatos neste pleito nacional e estadual.

Um dos consultores do projeto, Antonio Octaviano – diretor de extensão do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), mantido pelo Seesp com o apoio da FNE –, apresentou na oportunidade síntese de um dos temas tratados agora: educação para a inovação. "Procuramos ter como motivação a iniciativa de criação do Isitec. A inovação é fator relevante a uma política de desenvolvimento, assim como a necessidade de adensamento das cadeias produtivas à reindustrialização." Ele acrescentou que a inovação está vinculada ao aumento da produtividade, que – via maior competitividade das empresas nacionais – é "pré-requisito ao crescimento sustentável". Educar para a inovação, proposta do Isitec, integra esse contexto.



Murilo Pinheiro (em pé) saúda o lançamento do "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento – Novos desafios", em encontro com a presença de consultores e dirigentes dos Senges.

Para o consultor Marco Aurélio Cabral Pinto, é crucial consolidar avanços, como os ganhos salariais obtidos, e ir além, de modo a assegurar mercado interno e enfrentar os efeitos da crise internacional. Na sua concepção, o investimento em logística e energia, bem como a superação do "atraso histórico" em termos de infraestrutura, integram as saídas que o País deve perseguir. Ademais, na visão do consultor Antonio Corrêa de Lacerda, para combater as desigualdades de renda e solidificar a geração de empregos, não se pode abrir mão da industrialização. Criticando a visão financista e especulativa, ele observou: "As propostas que estamos consolidando são o início de uma grande virada, espero que muito rapidamente."

Comunicação, saneamento e transporte

Um dos grandes desafios elencados no "Cresce Brasil" é recuperar setores duramente golpeados num processo de desindustrialização precoce. Entre eles, um dos mais atingidos, na ótica do consultor Marcos Dantas, é o de comunicação. "A indústria eletroeletrônica nacional deixou de existir, agora somos apenas montadores de equipamentos. A tecnologia que essas empresas desenvolveram foi transferida ao capital estrangeiro." Ele foi categórico: "A iniciativa da FNE recoloca a engenharia brasileira no centro da formulação de

uma política industrial e tecnológica que recupere essa capacidade." Setor também desmontado e contemplado pelo projeto "Cresce Brasil" é o do transporte ferroviário, que deve ser revitalizado. O tema foi apresentado por Clarice Soraggi, diretora Regional Sudeste da FNE e autora da nota técnica relativa ao assunto.

Assim como essas questões, as soluções para a universalização do saneamento básico se mantêm presentes na atual versão. O consultor João Sergio Cordeiro destacou que o "crescimento econômico nacional traz dados positivos, mas também desafios". Um deles diz respeito ao êxodo campo-cidade. Segundo sua informação, "há 40 anos, o País contava 50 milhões de pessoas e metade vivia na área rural. Hoje, são 200 milhões e 85% encontram-se na zona urbana. As soluções passam, em sua grande maioria, pela gestão pública". Nesse sentido, o trabalho de Cordeiro destaca a importância de os municípios elaborarem seus planos integrados de saneamento, em atendimento ao Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e ao marco legal do setor. Para tanto, é preciso fazer frente ao gargalo representado pela ausência de pessoal especializado e estrutura. "Se hoje fossem colocados os cerca de R\$ 500 bilhões estimados

como necessários à universalização do saneamento, não teríamos capacidade técnica para solucionar tal questão."

O desafio das cidades também foi tratado pelo consultor Luiz Salomão, que frisou: "Se não organizarmos uma política de ocupação do espaço totalmente distinta da atual, vamos observar um aprofundamento das distorções. Falta uma política urbana decente, e o transporte é a ponta do iceberg." Na sua análise, mudar isso "exige reflexão, planejamento e mecanismos de controle de gestão adequada da infraestrutura".

Coordenador da consultoria técnica do "Cresce Brasil", Carlos Monte comentou ainda sobre as propostas na área de energia, que incluem a geração a partir do lixo, da madeira, da cana de açúcar, o carro elétrico e a garantia de eficiência. Afora isso, ele

Além de políticas para o setor, visando inovação e produtividade, trabalho propõe inversões em infraestrutura.

lembrou os avanços obtidos após o início dessa iniciativa, como o anúncio do PAC, a descoberta do pré-sal, a desburocratização e retomada do planejamento portuário, bem como os programas sociais governamentais – como o Bolsa Família, Luz para todos e Minha Casa Minha Vida –, defendendo sua manutenção. "Com a busca incessante por inovação e eficiência, vamos superar o conflito de se ampliar a taxa de juros para combater a inflação, o que na verdade garante ganhos aos banqueiros." Refletindo essa busca, como expressou o coordenador do projeto, Fernando Palmezan Neto, a continuidade do "Cresce Brasil" é motivo de orgulho para os engenheiros.

Leia a íntegra do documento e saiba tudo sobre o projeto em www.crescebrasil.org.br

Sindicatos formam comissão para elaborar o PCS



Os presidentes Garibaldi Rizzo (Sarq) e Gerson Tertuliano (Senge), ambos no estado de Goiás.

Dirigentes do Senge-GO e do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado de Goiás (Sarq-GO) criaram uma comissão de trabalho para preparar o Plano de Cargos e Salários (PCS) das suas categorias, em reunião no dia 23 de julho último. A sugestão foi do prefeito de Goiânia, Paulo Garcia, em audiência no início do mesmo mês. São representantes do Senge o diretor Catão Maranhão Filho, como coordenador, e o conselheiro fiscal Alexandre Vieira Moura. Os do Sarq-GO, o presidente Garibaldi Rizzo e o advogado Aurelino Ivo Dias. Para fazer o plano, “a comissão se responsabilizou em procurar o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para solicitar sua assessoria”, informou Gerson Tertuliano, presidente do Senge. Moura contribuiu com a entrega de um Plano de Cargos e Remuneração (PCR) que estuda o impacto do cumprimento do piso profissional dos engenheiros na folha de pagamento da Prefeitura. Participaram ainda da reunião João Batista Tibiriçá e Wanderlino Teixeira de Carvalho, respectivamente vice-presidente e diretor suplente do Senge.

Senge lança candidato ao Crea

Durante reunião extraordinária no dia 19 de agosto último, a diretoria plena do Senge Alagoas e seus membros representantes no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea)

decidiram indicar o nome de Disneys Pinto como candidato às eleições à Presidência do conselho, que ocorrem em 19 de novembro. Segundo ele, que é presidente do sindicato, serão travadas

discussões com entidades e realizadas reuniões com lideranças e com a categoria a fim de engajar na disputa a maioria dos profissionais ligados ao Sistema Confea/Creas.

Fernandes recebe publicação “Novos desafios”



Divulgação Senge-AL

O secretário de Infraestrutura e Urbanização, Roberto Fernandes, e o presidente do Senge-AL, Disneys Pinto.

No dia 26 de agosto último, o presidente do Senge-AL, Disneys Pinto, entregou o documento “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento – Novos desafios” ao secretário municipal de Infraestrutura e Urbanização de Maceió, Roberto Fernandes. Conforme a publicação, há “urgência em se avançar na industrialização do País, com inovação e ganhos de produtividade”. Além

disso, é preciso “evitar que esse setor, essencial à expansão econômica, passe por um processo precoce de encolhimento”. O “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” foi lançado em 2006 pela FNE e seus 18 sindicatos filiados, com ajuda da categoria na elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Tarifaço no estado, outro golpe à população

O Pará está em pé de guerra devido ao anúncio do tarifaço da energia elétrica no dia 7 de agosto último. O reajuste de 34,96% nas contas residenciais e de 36,42% nas industriais uniu setores da sociedade indignados com tal medida, informa a presidente do Senge-PA, Eugenia von Paumgarten. “O governo federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Centrais Elétricas do Pará (Celpa) conseguiram superar”, afirmou. Segundo Paumgarten, desde a privatização, em 1998, a companhia aumentou sua tarifa em mais de 400%, frente à inflação aproximada de 176%. A sindicalista apontou ainda problemas no processo de transferência à iniciativa privada: “A empresa foi desestatizada pelo governador Almir Gabriel, tendo o atual, Simão Jatene, como seu idealizador e executor. Cometeu-se o maior golpe contra os paraenses ao se transferir o controle acionário da Celpa por R\$ 450 milhões com a promessa de que, sob a gestão privada, haveria eficiência, custos reduzidos, diminuição de tarifas etc.” E acrescentou: “O Grupo Rede levou a Celpa ao colapso administrativo e financeiro, com falência, dilapidação do seu patrimônio, transferência de dinheiro a outras empresas do grupo, degradação dos serviços e calote de mais de R\$ 6 bilhões nos credores.”

Comemoração pela sede própria

No dia 4 de agosto último, o Senge-MA festejou mais uma conquista à categoria: a sede do sindicato, com recursos próprios, adquirida da FNE. A transferência



Joaquim Benedito Neto

Berilo Macedo e Campos Pinheiro, presidentes do Senge-MA e da FNE, durante solenidade no sindicato.

ocorreu no Cartório do 1º Ofício Tito Soares, na presença da diretoria do sindicato e do presidente da federação, Murilo Celso de Campos Pinheiro. Na mesma data, às 19h, ele participou de uma mesa-redonda de discussões sobre engenharia, economia e política. Na opinião de Pinheiro, o evento foi importante para os sindicalistas do Brasil. “O Senge-MA tem crescido e ganhado visão nacional perante a federação que, aos poucos, tem fincado raízes no cenário nacional.” O presidente do Senge, Berilo Macedo, celebrou: “A transferência da sala em definitivo pela federação para o sindicato foi uma importante conquista.”

Mapa acata recomendação da entidade para concurso

Atendendo aos argumentos do Senge Rio Grande do Sul, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) encaminhou ofício no mês de agosto último informando as providências adotadas pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, que incluiu a elaboração de nota técnica encaminhada ao Ministério do Planejamento propondo a ampliação do número de vagas para o concurso público

realizado pelo órgão. A medida havia sido recomendada pelo sindicato em junho último, através de correspondência enviada ao ministro Neri Geller. Esse é o resultado do trabalho que o Senge vem desenvolvendo junto aos gestores públicos, visando conscientizá-los da importância das carreiras, do conhecimento e da composição dos quadros técnicos nas administrações municipais, estaduais e no âmbito federal.

Um dos eixos dessa ação é o monitoramento de concursos públicos e processos seletivos para engenheiros, arquitetos, geólogos e geógrafos. A iniciativa atende às manifestações de vários profissionais da categoria, bem como à recomposição dos quadros do Mapa. Da forma como foi publicado o edital, a realização de um novo concurso seria inevitável, onerando o orçamento público e trazendo transtornos desnecessários.

É preciso um marco legal que garanta a pluralidade de opiniões no debate público, hoje monopolizado

Direito à comunicação e democracia

Rita Casaro

Um dos mais renomados pesquisadores em comunicação do Brasil, o professor aposentado da Universidade de Brasília (UnB) Venício A. de Lima vem há décadas travando o debate sobre a necessidade de um novo regramento para o setor no País. Longe de se propor censura ou controle de conteúdo, trata-se de garantir pluralidade e evitar o monopólio econômico, afirma. Em seu mais recente livro – “Para garantir o direito à comunicação” (*Editora*

Fundação Perseu Abramo, 2014) –, ele analisa a chamada Lei de Medios, da Argentina, o Relatório Leveson, da Inglaterra, e o trabalho do Grupo de Alto Nível (HLG, na sigla em inglês), da União Europeia. Segundo ele, “os três documentos testemunham como a regulamentação da mídia é tema central no mundo contemporâneo”. Em entrevista ao **Engenheiro**, o professor falou um pouco sobre a questão.

Como se estabelece a relação entre regulação da mídia e o direito à comunicação?

O que há em comum nos documentos que o livro reproduz é a garantia de acesso ao debate público, que é o direito à comunicação. Há um argumento de que a internet resolveu o problema, porque todos têm acesso. Mas ainda é a chamada velha mídia que pauta o debate público e consegue falar simultaneamente para 50 milhões de pessoas. O que se pretende é que mais vozes participem e formem uma opinião pública democrática. Para aqueles que são contra um novo marco regulatório, é muito fácil fazer um movimento que o identifique com censura, privação

da liberdade. Isso está totalmente equivocado porque a proposta é para garantir mais vozes no espaço público e para disciplinar, do ponto de vista da atividade econômica, os grupos empresariais que hoje são pouquíssimos no mercado brasileiro de comunicações. Mas esses continuarão a existir e ninguém vai interferir no que eles falam.

E quanto a regulamentar os vários preceitos constitucionais que seguem ignorados?

Eu tenho falado há mais de uma década que, se houvesse a regulamentação do Capítulo V (*sobre comunicação social*), seria uma revolução. O art. 220 fala que os meios de comunicação não podem ser objeto de oligopólio ou monopólio; o art. 223 introduz a complementaridade entre sistemas público, privado e estatal, o que deve orientar a renovação e outorgas de novas concessões; o art. 221 define princípios para a programação; e o art. 5º traz o direito de resposta. Claro que de 1988 para cá, do ponto de vista tecnológico, muita coisa mudou, as normas precisam ser atualizadas no tempo. Na verdade, o documento legal básico para a radiodifusão é o Código de 1962. É uma situação vergonhosa. E algumas das bases da estrutura do sistema de mídia privado estão lá, e são anteriores ainda, pois não houve

mudanças desde a primeira regulação da área, da década de 1930.

Num debate entre candidatos, ao ser questionada sobre o tema, a presidente Dilma Rousseff afirmou ser favorável à regulação econômica. Isso seria suficiente?

Eu acredito que quando a presidente fala em regulação econômica, está traduzindo a ideia do parágrafo 5º, do art. 220, que estabelece que essa área não pode ser objeto de monopólio. É parcial, mas seria um avanço fantástico aplicar para a mídia o que já existe em outras áreas, como a lei antitruste e contra a formação de cartéis.

Qual a dificuldade de se estabelecer um novo marco legal para o setor no Brasil?

Acho que temos condições históricas que nos diferenciam de outros países da América Latina em relação à formação e à consolidação do sistema de mídia privado no Brasil. Criou-se um poder tão forte na forma como ele é estruturado e enraizado no tecido social, é uma combinação de concessionários de radiodifusão e velhas oligarquias no País inteiro. Isso soma-se à estrutura do sistema político brasileiro, um obstáculo formidável à realização democrática, porque é um presidencialismo de coalizão que exige acordos amplíssimos. O Poder Executivo, que seria o propulsor básico de uma legislação

de regulação da área, está historicamente amarrado por uma série de conveniências político-eleitorais que impedem que isso seja feito. Estamos agora em processo eleitoral e nenhum dos principais candidatos incluiu no seu programa ações nessa área.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) elaborou um projeto de lei de iniciativa popular (Plip) e está coletando assinaturas para encaminhá-lo ao Congresso. Essa iniciativa é positiva?

O mais importante do Plip é se ter um projeto em torno do qual se possa fazer o debate público.

Os partidos políticos, com raras exceções, não assumem essa questão. As entidades da sociedade civil ficam muito desamparadas nesse processo. Faltam também participação, envolvimento e compromisso da universidade. Eu tenho falado que nessa área as mudanças virão das ruas. Se não houver uma consciência coletiva da importância disso e pressão popular no sentido de que se façam reformas nessa área, é muito improvável que aconteça alguma coisa. É um percurso muito longo. Eu acho que a gente já avançou comparado com o que acontecia há 30 anos, mas é ainda muito difícil imaginar que alguém vá fazer greve pelo direito à comunicação. A Conferência Nacional de Comunicação, em dezembro de 2009, foi um passo importante.



Richard Silva

Venício Lima, durante lançamento do livro “Para garantir o direito à comunicação”, realizado em Brasília, em 5 de agosto.

É o que pôde ser visto em evento realizado pelo Isitec, em São Paulo, no mês de agosto

Inovação em diversas áreas

Soraya Misleh

Das artes e comunicação ao mercado de *games*, a inovação é um elemento fundamental a quem quer se diferenciar e empreender. É o que apontou seminário e feira sobre o tema realizados pelo Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), em sua sede, em São Paulo, nos dias 21 e 22 de agosto. Mantida pelo Seesp, com o apoio da FNE, a escola superior reuniu, como palestrantes, famosos e especialistas. Entre os ilustres, os apresentadores respectivamente dos programas *Altas Horas* e *C.Q.C.*, das TVs Globo e Bandeirantes, Serginho Groisman e Marcelo Tas, além do artista Guto Lacaz. No segundo grupo, Marcelo Frontini, diretor de inovação do Bradesco, abordou o tema em relação ao sistema financeiro, e Rogério Félix, CEO da Saga, quanto ao mercado de *games*, destacando a formação e oportunidades nesses segmentos no Brasil. Outro expositor, Paulo Mascarenhas, da MZO Interativa, centrou sua fala no uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino. José Marques Póvoa, diretor de graduação do Isitec, apresentou o conceito de engenharia de inovação — cujo processo seletivo para a primeira turma de graduação no instituto em 2015 será iniciado em 1º de outubro próximo. Segundo ele, a proposta é formar multiespecialistas, que poderão atuar em diversas áreas, numa perspectiva de aprendizado contínuo, como

a realidade atual exige, diante da velocidade da inovação tecnológica.

Abrindo o evento, Groisman revelou sua ligação com o local em que está instalado hoje o Isitec. Ali, funcionou durante muitos anos o Colégio Equipe, onde estudou, o qual foi palco de grandes nomes da música popular brasileira durante a ditadura. “Aqui cantaram, nos anos 1970, João Bosco, Elba Ramalho, Gilberto Gil, Luiz Melodia, um monte de gente. Os integrantes do Titãs, todos, estudaram nesse colégio, bem como jornalistas, diretores de cinema, políticos. A ideia é fazer um documentário sobre esse período”, destacou. Em uma escola que propiciava isso, oferecendo cursos de artes opcionais e abrindo suas portas às apresentações nos finais de semana, ele levava os artistas e produzia os *shows*. Na sua concepção, a instalação recente de uma escola que tem como diferencial a oferta de curso de engenharia de inovação guarda relação com o ambiente criativo e arrojado que vivenciou no Equipe e contribuiu para sua carreira como apresentador.

Empreendedorismo

Vários dos especialistas debruçaram-se sobre o tema Inovação e empreendedorismo, em seus segmentos. Entre eles, Célio Antunes, da Impacta Tecnologia, Mariana Juez Taragano, gerente de relacionamento com o



Marcelo Tas: inovação e tecnologia sempre estiveram presentes na vida das pessoas.

cliente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e Paulo Viotto, diretor do Centro Tecnológico de Lins (Cetec). O ilustrador, *designer* e cenógrafo Lacaz e Tas também versaram sobre o assunto, no que se refere às artes plásticas e à comunicação. Formado em 1974 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos, o primeiro apresentou sua trajetória, mostrando sua produção como artista multimídia.

Transitando entre o *design* gráfico, a criação com objetos do cotidiano e a exploração das possibilidades tecnológicas na arte, ele apresenta, em todas as suas obras, humor, ironia e muita irreverência. Perfil encontrado, por exemplo, na intervenção urbana “Auditório para questões delicadas”, encomendada em 1989 pela Prefeitura de São Paulo para homenagear o Bicentenário da Declaração Universal de Direitos Humanos. O artista, durante três meses, se dedicou a criar um espaço flutuante com 25 cadeiras dispostas na superfície da água, no lago do Parque Ibirapuera. Lacaz lembrou que, no lançamento do trabalho, as cadeiras afundaram, o que o obrigou a refazer toda a estrutura e reapresentá-la. “Foi um trabalho em que me superei”, observou.

Outra intervenção inovadora, segundo ele, foi a instalação “Eletro-Esfero-Espaço” para a 18ª Bienal de Arte em 1986, a qual utilizava

26 aspiradores de pó que, com a sucção invertida, sustentavam no ar uma fileira de bolas de isopor, além de um tapete vermelho. Uma experiência individual, descreveu, sensorial em três dimensões: auditiva, visual e tátil. Utilizando ferramentas inusitadas, Lacaz afirmou que gosta muito do trabalho cinético, envolvendo mecânica e elétrica.

Quanto à comunicação, Marcelo Tas frisou que tecnologia e inovação sempre estiveram presentes na vida das pessoas. Engenheiro formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), ele discorda, portanto, do pensamento que associa revolução tecnológica apenas ao que se faz na atualidade. “Precisamos olhar em perspectiva”, ponderou, citando o alemão Johannes Gutenberg, inventor da prensa mecânica móvel, no século XV, como o primeiro *nerd* da humanidade. Nessa linha, Tas mencionou ainda outro exemplo de intervenção inovadora, esta de 1945, com a publicação do artigo “Extra-terrestrial relays”, de Arthur Charles Clarke, na revista *Wireless World*, em que ele inspira a invenção do satélite. Nos dias atuais, avaliou, existe uma “montanha” de informação disponível, em tempo real. “Vivemos numa teia, numa era que não tem volta e só se acelera.”

Colaborou Rosângela Ribeiro Gil



Serginho Groisman: ambiente criativo e arrojado, propício à inovação.